

## Relato de Experiência

# Promoção ao aleitamento materno na atenção básica: Uma experiência de articulação ensino-serviço-comunidade

*Promoting breastfeeding in basic care: An articulation experience teaching-service- community*

Francisco Antônio da Cruz Mendonça<sup>1</sup>, Marília Ribeiro Matos<sup>2</sup>, Ana Cristina Martins Uchoa Lopes<sup>3</sup>, Amanda Gabriela Araújo da Silva<sup>4</sup>, Sócrates Gomes Venâncio Melo da Silva<sup>5</sup> & Lia Maristela da Silva Jacob<sup>6</sup>

<sup>1</sup>[mendoncafac@gmail.com](mailto:mendoncafac@gmail.com), <sup>2</sup>[mariliaribeiromatos@hotmail.com](mailto:mariliaribeiromatos@hotmail.com), <sup>3</sup>[anauchoalopes@gmail.com](mailto:anauchoalopes@gmail.com), <sup>4</sup>[ag.amandagabriela@gmail.com](mailto:ag.amandagabriela@gmail.com),  
<sup>5</sup>[socratessgomes@ufm.edu.br](mailto:socratessgomes@ufm.edu.br), <sup>6</sup>[liamaristela@gmail.com](mailto:liamaristela@gmail.com)

<sup>1</sup>Centro Universitário Estácio do Ceará

<sup>2</sup>Secretaria Municipal de Saúde de Umirim, Ceará

<sup>3</sup>Universidade Estadual de Campinas

<sup>4,5,6</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Received: 13 January 2021 / Accepted: 26 April 2021

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi descrever sobre a vivência de graduandos de enfermagem em uma atividade de promoção e incentivo ao aleitamento materno, desenvolvida com Agentes Comunitários de Saúde e gestantes. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, baseado na vivência de estágio acadêmico de enfermagem em uma atividade de formação realizada em uma Unidade Básica de Saúde, localizada no município de Caucaia/Ceará, sobre promoção e incentivo ao aleitamento materno, desenvolvida no período de outubro a novembro de 2014. A ação foi realizada a partir de cinco módulos, utilizando metodologias ativas, o que oportunizou o protagonismo e participação dos sujeitos, além disso, considera-se que a atividade foi satisfatória e contribuiu significativamente para o processo formativo, uma vez que possibilitou articulação entre os acadêmicos, profissionais e a população, promovendo o fortalecimento entre os elos ensino-serviço-comunidade, sendo assim uma experiência de educação em saúde e qualificação do cuidado, em consonância com os pressupostos do Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde. Leite humano. Gravidez. Agentes comunitários de saúde. Educação em saúde.

**Abstract:** The objective of this work was to describe the experience of nursing students in an activity to promote and encourage breastfeeding, developed with Community Health Agents and pregnant women. This is a descriptive study, of the experience report type, based on the experience of an academic nursing internship in a training activity carried out in a Basic Health Unit, located in the municipality of Caucaia / Ceará, on promotion and encouragement of breastfeeding, developed from October to November 2014. The action was carried out from five modules, using active methodologies, which provided the protagonism and participation of the subjects, in addition, it is considered that the activity was satisfactory and contributed significantly to the formative process, since it enabled articulation between academics, professionals and the population, promoting the strengthening between the teaching-service-community links, thus being an experience of health education and qualification of care, in line with the assumptions of the System Single Health.

**Key words:** Health promotion. Milk human. Pregnancy. Community health workers. Health education.

## INTRODUÇÃO

O leite materno é considerado o alimento ideal para o recém-nascido devido às suas propriedades nutricionais e imunológicas. Ele protege as crianças contra infecções gastrointestinais e respiratórias, síndrome da morte súbita do lactente, diabetes, alergias gastrointestinais, respiratórias e cutâneas, incluindo asma e rinite, além de fortalecer o vínculo mãe-filho e reduzir o índice de mortalidade infantil (NARDI et al., 2020; DALTRO et al., 2021).

A amamentação é indispensável para a criança, pois

oferece todos os nutrientes necessários em quantidade e qualidade adequadas. O Ministério da Saúde (MS) recomenda o aleitamento materno exclusivo (AME) nos primeiros seis meses de vida da criança, o qual se pode prolongar por dois anos ou mais (BRASIL, 2015; 2019; CRISTOFARI et al., 2019).

A promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno é uma das linhas de cuidado prioritárias da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, incluído no elenco de estratégias para a redução da mortalidade infantil o compromisso assumido pelo Brasil em

nível internacional, por meio dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio, e nacional, através do Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, Pacto pela Vida e Programa Mais Saúde (BRASIL, 2015; FERREIRA et al., 2018).

Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em relação a cenário mundial da amamentação, com dados de mais de 120 países, divulgou uma prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses de 37% e a prevalência de aleitamento materno em crianças com idade entre 20 e 23 meses de 55% (UNICEF, 2012). No Brasil, o percentual de crianças amamentadas aos 12 meses de idade evoluiu de 26% em 1986 para 47% em 2006, permanecendo neste nível até 2013 (45%) (BOCCOLINI et al., 2017). Da mesma forma, aumentou o aleitamento exclusivo entre menores de 6 meses, o qual era praticamente inexistente em 1986 (5%) e atingiu 37% em 2013, no entanto, o número de crianças que recebe AME até os seis meses de idade está muito abaixo do que preconiza o MS, o que demanda maior atenção para a situação (BOCCOLINI et al., 2017; CRISTOFARI et al., 2019; DALTRO et al., 2021).

Dificuldades para estimular e obter um processo de amamentação eficaz tem despertado a preocupação de órgãos mundiais de saúde envolvidos na promoção e incentivo ao aleitamento materno. Nesse contexto, compreende-se que as estratégias educativas realizadas para gestantes durante o acompanhamento pré-natal, o apoio dos profissionais de saúde e o fortalecimento da rede de apoio na promoção ao aleitamento materno, especialmente entre as mães de baixa renda, demonstram aumento na autoeficácia materna para adesão a amamentação, tendo a equipe de enfermagem grande importância na transmissão de informações às mães, instrumentalizando-as e favorecendo o ato de amamentar (ALEIXO et al., 2019; SILVA et al., 2018).

Considera-se que para o alcance do sucesso da prática da amamentação é primordial o recebimento de informações e de treinamentos adequados e consistentes ainda no serviço primário, durante o pré-natal, de forma regular e prolongada (ALEIXO et al., 2019; AMARAL et al., 2015). No entanto, algumas pesquisas trazem uma lacuna de orientações quanto à amamentação na Atenção Primária à Saúde além de dificuldade, incipiência e ineficiência de no tocante a amamentação às gestantes, o que pode contribuir para o desmame precoce (ALEIXO et al., 2019; AMARAL et al., 2015; SILVA et al., 2018).

Ademais, conforme o MS, durante o pré-natal a gestante deve ter espaço para compartilhar sobre os medos, dúvidas, dificuldades e também o desejo de amamentar. Nesse período os profissionais de saúde devem abordar questões sobre o preparo para amamentação, possíveis dúvidas e incentivar a prática do aleitamento materno efetivo (BRASIL, 2015; ROCHA et al., 2018).

Entre os profissionais de saúde, os agentes comunitários de saúde (ACS) caracterizam-se como importantes atores frente ao apoio e adesão ao aleitamento materno, já que os mesmos possuem a função de estabelecer um elo entre a comunidade e os serviços de saúde, sendo esse elo fundamental para a reorientação do modelo de

atenção, além de serem moradores da comunidade onde trabalham, o que potencializa a proximidade entre usuários, profissionais e serviço de saúde (BRASIL, 2017; SILVA et al., 2019b).

Assim, considerando a importância da temática e a viabilidade de intervenções frente ao incentivo ao aleitamento materno, a atuação a partir da integração ensino-serviço-comunidade torna-se uma potente estratégia para o alcance de resultados quanto à qualidade da atenção à saúde à população, bem como para a formação em saúde e para o Sistema Único de Saúde (SUS). Esta articulação pode representar uma possibilidade para qualificar simultaneamente a formação e o cuidado em saúde no SUS, com vistas a alcançar a efetivação de seus princípios, como a integralidade do cuidado, com maior resolutividade da atenção em saúde (SILVEIRA et al., 2020).

Desse modo, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de graduandos de enfermagem em uma atividade formativa sobre promoção e incentivo ao aleitamento materno, desenvolvida com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e gestantes em uma Unidade Básica de Saúde, em Caucaia, Ceará.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência de graduandos de enfermagem do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO), em uma atividade de formação realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no município de Caucaia/Ceará, sobre promoção e incentivo ao aleitamento materno, desenvolvida no período de outubro a novembro de 2014.

O público participante da atividade descrita neste trabalho foram 10 ACS e 26 gestantes da população adscrita no território. Buscou-se incluir os ACS neste processo formativo considerando sua atribuição e importante atuação quanto ao desenvolvimento de atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, bem como suas atribuições no desenvolvimento de ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades (BRASIL, 2017).

As gestantes também foram consideradas público prioritário para esta formação, uma vez que as informações sobre as diferentes vivências devem ser trocadas entre as mulheres e os profissionais de saúde, a saber, que a possibilidade de intercâmbio de experiências e conhecimentos é apontada como a melhor forma de promover a compreensão do processo de gestação. A criação de espaços de educação em saúde sobre o pré-natal é de suma importância, visto que nestes espaços, as gestantes podem ouvir e falar sobre suas vivências e consolidar informações importantes sobre assuntos que envolvem a saúde da criança, da mulher e da família (BRASIL, 2012).

A formação aconteceu em cinco módulos e foi

desenvolvida a partir de uma prática educativa denominada pedagogia renovada, uma vez que, buscou-se promover uma troca de conhecimentos e experiências entre os envolvidos na formação, promovendo um espaço de valorização de saberes e reflexão. A pedagogia renovada inclui várias correntes que estão ligadas ao movimento da pedagogia não-diretiva, representada principalmente pelo psicólogo Carl Rogers e pelo movimento chamado Escola Nova ou Escola Ativa (John Dewey, Maria Montessori, Ovide Decroly, Jean Piaget, Anísio Teixeira, entre outros). Esta vertente contribui para somar saberes para dar respostas efetivas e eficazes diante de problemas que interferem no cotidiano do indivíduo, famílias e comunidade (PEREIRA, 2003).

Ademais, buscou-se desenvolver as atividades na formação a partir de metodologias ativas, dando ênfase ao protagonismo dos participantes, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, o que possibilita ativar o aprendizado dos envolvidos, colocando-os no centro do processo, em contraponto à posição de expectador.

As metodologias ativas são uma proposta construtivista para o ensino e consiste em educar para autonomia, possibilitando o “aprender a aprender”, despertando assim, criatividade a partir de situações como problemas a resolver, ou seja, propicia uma formação que se aproxime tanto quanto possível da vida real, visualizando-os como sujeitos do processo ensino-aprendizagem e como cidadãos (JURADO et al., 2019).

A coleta de dados deste estudo se deu por meio da observação participante e diário de campo nas atividades de promoção e educação em saúde. As informações aqui contidas estão relacionadas às implicações dos autores, nas observações e condução das atividades, portanto se insere nas condições previstas pela Resolução 510/2016, no que se refere às pesquisas em saúde, como aquela que objetiva o aprofundamento de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional (BRASIL, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das principais estratégias para maior adesão à prática da amamentação é assegurar à mãe os conhecimentos e atitudes necessários para o desenvolvimento de sua autoeficácia em amamentar, pois, quando o sujeito se sente autoeficaz, ele adquire motivação, auxiliando na modificação do comportamento para o terapêutico, levando-se em conta a percepção do indivíduo e suas relações com o ambiente (SENNÁ et al., 2020; SILVA et al., 2018).

A literatura apresenta que há nas mulheres um sentimento de satisfação ao estabelecer com seus filhos uma forma única de comunicação, pois a amamentação oportuniza um diálogo com o bebê, através de sorrisos, olhares e carinhos, momento em que se passa amor ao lactente, e que, no entanto esses sentimentos podem ser ofuscados pela insegurança na realização dessa prática, além do cansaço e culpa, uma vez que essa prática requer um esforço físico e emocional (ALEIXO et al., 2019; BRASIL, 2019; LIMA; NASCIMENTO; MARTINS, 2018).

Nesse contexto, os profissionais de saúde possuem papel imprescindível frente à promoção, proteção e apoio ao

aleitamento materno, sobretudo para as mães que se sentem inseguras, principalmente primigestas, de menor faixa etária e com menor grau de escolaridade, sendo esses alguns fatores que podem interferir no AME (LIMA; NASCIMENTO; MARTINS, 2018).

É nesse cenário que a articulação ensino-serviço-comunidade se configura como propiciadora de metodologias ativas, caracterizadas pela problematização, potencializando autonomia intelectual, visto que, quando os estudantes estão inseridos no contexto e se deparam com os problemas da população, podem desenvolver habilidades para intervir nos cenários e tomar decisões (SILVEIRA et al., 2020). Foram, portanto, planejadas e desenvolvidas ações de formação com vistas ao incentivo ao aleitamento materno, as quais se deram a partir de cinco módulos, de maneira a proporcionar melhor organização, participação e compreensão sobre as temáticas abordadas.

O módulo I se deu a partir da realização de uma roda de conversa entre os graduandos de enfermagem e os ACS. Sabe-se que o ACS age como facilitador da comunicação entre os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a população do território de atuação, o que fomenta a aproximação entre esses atores e, conseqüentemente, a criação de elos entre estes (BRASIL, 2017). Essa atribuição faz com que o ACS seja percebido como trabalhador de referência pela comunidade, o que contribui também para a consolidação de vínculo de confiança com as famílias atendidas e seu papel como protagonista na prática da educação em saúde (SILVA et al., 2019b).

Posto isto, no primeiro momento realizou-se uma discussão sobre o leite materno como o primeiro alimento e sua importância para o desenvolvimento infantil e estabelecimento de laços afetivos. Na oportunidade foi colocado como um direito da mãe o ato de amamentar e um direito da criança ser amamentada, no entanto, muitas vezes apesar do querer a mãe pode não conseguir amamentar como gostaria, podendo ser um processo doloroso frequentemente associado ao posicionamento e pega incorreta do bebê ao seio.

Sabe-se que problemas com a mama é um dos motivos associados à interrupção do AME antes dos seis meses, além de dificuldades em expor de forma completa ou mesmo desconhecimento da técnica apropriada quanto ao posicionamento e a pega correta para a amamentação (AMARAL et al., 2015; SENNA et al., 2020). Essas dificuldades corroboram com as recomendações sobre a importância de ações de educação em saúde e orientação do posicionamento e da pega adequada para uma amamentação eficaz (BRASIL, 2015, 2019).

Frente a esse panorama, uma das ações programadas para o ACS é a visita domiciliar, sendo esta uma ação estratégica para prestar cuidados no domicílio, orientar as famílias, prevenir agravos, fortalecer vínculos e ampliar a visão das condições reais de vida e das interações das pessoas no contexto familiar e social, estando essa ação associada a uma dimensão educativa reconhecida importante para a melhoria das condições de saúde da população (BRASIL, 2017; SILVA et al., 2019b).

Nessa perspectiva, foi destacada a importância dos ACS na participação, incentivo e auxílio à amamentação das

lactantes, uma vez que são considerados os profissionais de saúde mais próximos da população. Foram então apresentadas diferentes formas de posicionamento do bebê para amamentação, além de orientado sobre a pega correta, de maneira que os ACS sejam potentes apoiadores desse processo no território.

Durante o encontro foi dialogado sobre as diversas posições para a mulher amamentar, podendo ser sentada, recostada, deitada ou em qualquer outra posição que seja agradável para ela. É importante que a mãe e o bebê sintam-se confortáveis, com o corpo da criança virado para o corpo da mãe, com a cabeça e o corpo da criança alinhados, e nunca o pescoço torcido. Além disso, é importante apoiar bem o bebê, colocando o rosto da criança de frente para a mama (BRASIL, 2019). Independente da escolha da posição pela mãe para amamentar reforçou-se a atenção principalmente quanto a pega estar adequada, uma vez que isso irá favorecer a retirada do leite da mãe pela criança e não machucará a mulher.

Para o segundo momento, no módulo II, foi desenvolvido uma formação com as gestantes com a temática sobre a importância do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) nos primeiros seis meses de vida do bebê. A condução da atividade se deu através da dinâmica “mitos e verdades”, a partir de colocações disparadoras, as participantes puderam se posicionar e expressar seu ponto de vista, levando a um compartilhamento de pensamentos e reflexão entre os envolvidos.

Trabalhos conduzidos no Brasil apontam desconhecimento de muitas mães sobre a recomendação do tempo de oferta do aleitamento materno exclusivo, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (MARTINS et al., 2018; ROCHA et al., 2018; ROSA; DELGADO, 2017). Esses achados reforçam a necessidade de ampliar as estratégias que orientem sobre a importância do aleitamento materno exclusivo pelo tempo recomendado, de modo a estimular desde o pré-natal a adesão dessa prática.

Identifica-se que muitos fatores podem favorecer ou desfavorecer a prática do aleitamento, entre eles, alguns se relacionam à mãe, como as características de sua personalidade e sua atitude frente à situação de amamentar, outros fatores se aplicam à criança e ao ambiente, como, por exemplo, as suas condições de nascimento e o período pós-parto, além do apoio familiar e fatores circunstanciais, como trabalho materno, condições habituais e culturais de vida, como mitos, crenças e religiões (ALEIXO et al., 2019; AMARAL et al., 2015; FERNANDES; HÖFELMANN, 2020). Sendo assim, é fundamental que o profissional da saúde encontre um equilíbrio entre o científico e o senso comum, desaconselhando práticas prejudiciais e disseminando informações embasadas cientificamente.

Dessa forma, nesse segundo encontro as gestantes foram esclarecidas sobre a recomendação de que nos primeiros seis meses a criança receba somente leite materno, e quando isso ocorre dizemos que a criança está em amamentação exclusiva. Orientou-se que nesse período nenhum outro tipo de alimento necessita ser dado ao bebê, nem líquidos, como água, água de coco, chás, suco ou outros leites; nem qualquer outro alimento como papinha e mingau. Mesmo em regiões secas e quentes não é necessário oferecer

líquidos, uma vez que o leite materno possui toda água necessária para hidratação nesse período (BRASIL, 2019).

Houve diálogo e discussão sobre a oferta de outros alimentos antes dos seis meses, explicando-se que além de ser uma prática desnecessária, pode ser prejudicial, pois aumenta o risco de adoecimento e prejuízo na absorção de nutrientes (BRASIL, 2019; SILVA et al., 2019a). Além disso, reforçou-se que em geral a criança só está madura para receber outros alimentos em torno dos seis meses de idade.

Sabe-se que a introdução precoce de alimentos diferentes do leite humano, na alimentação do infante, antes da fase de maturação do organismo traz consequências danosas à sua saúde, em detrimento de uma menor ingestão de fatores de proteção existentes no leite humano (BRASIL, 2019; SILVA et al., 2019a). Essas práticas alimentares errôneas provocam o aumento do risco para desenvolvimento de doenças agudas e crônicas tais como: diarreias, alergias alimentares, com acometimento plural de sistemas e doenças metabólicas, além disso, o desmame precoce está associado ao desenvolvimento de alguma patologia crônica, em detrimento de erro alimentar (BRASIL, 2019; FERNANDES; HÖFELMANN, 2020; SILVA et al., 2019a).

Estudo realizado com base no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional brasileiro observou que a prática de aleitamento materno exclusivo foi observada em pouco mais da metade das crianças avaliadas e os principais alimentos introduzidos precocemente são água, chás e fórmulas infantis (GONÇALVES et al., 2019). Verificaram-se ainda associações do aleitamento materno como fator de proteção para o crescimento nos primeiros meses da vida, quando realizado de forma exclusiva, e a falta do mesmo efeito para a forma não exclusiva, além disso, quando há o consumo de fórmulas infantis eleva em 35% a prevalência de baixo peso para idade (GONÇALVES et al., 2019).

Somado a isso, é consenso à relevância do AME na diminuição das taxas de morbimortalidade infantil, visto que o leite materno é o alimento mais completo em termos de qualidade nutricional, suprimindo todos os nutrientes necessários em quantidade e qualidade adequadas, sendo a forma mais segura de garantir bom estado de saúde ao bebê (BRASIL, 2015, 2019; NARDI et al., 2020).

Para o módulo III, o encontro teve como foco a alimentação saudável na gestação e no puerpério e a explanação sobre eventuais dificuldades que podem vir a surgir durante o processo da amamentação. O estudo conduzido por Rocha e colaboradores (2018), encontrou que 73,3% das mães desconheciam as complicações derivadas da amamentação, enquanto apenas 26,7% relataram que poderiam surgir fissuras, mastite, abscessos ou ingurgitamento mamário (ROCHA et al., 2018).

Sabe-se também que a maioria das dificuldades apresentadas durante o período de lactação, quando precocemente tratadas, é de fácil solução e têm como resultado experiências satisfatórias tanto para a mãe quanto para o bebê (BRASIL, 2019; ROSA; DELGADO, 2017). Logo, abordar essas possíveis dificuldades ainda durante a gestação pode torná-las mais seguras e preparadas para lidar com essas questões caso aconteçam, além disso, quando

informadas sobre as formas de identificação elas podem procurar ajuda profissional e tratamento oportuno, de modo que essas dificuldades não venham acarretar um desmame precoce.

Nesse contexto, há uma correlação significativa entre a variável tecido mamário com escoriações, fissuras e vermelhidão e o bebê não manter a pega da aréola, sucções rápidas com estalidos e lábio inferior virado para dentro, referindo-se assim a aspectos da pega inadequada (ROSA; DELGADO, 2017). Portanto, o conhecimento sobre a correta técnica de amamentação faz-se imprescindível, visto que o posicionamento adequado e a pega efetiva do bebê favorecem a prevenção de dor ao amamentar e traumas mamilares, reduzindo a probabilidade de interrupção do aleitamento materno por complicações.

Este módulo foi considerado um dos que mais gerou integração, participação e envolvimento entre os participantes. Essa conclusão advém da observação participante dos graduandos de enfermagem e soma-se a relatos das gestantes sobre a necessidade e importância de encontros como esse, que possibilitem esclarecimento de dúvidas e troca de experiências. Além disso, a realização do encontro possibilitou as mães observarem que as preocupações, ansios e dúvidas eram, muitas vezes, comuns a demais participantes, e essa semelhança de pensamento contribuiu para formação de vínculo e fortalecimento quanto aos aspectos relacionados à amamentação.

A realização de ações educativas no decorrer de todas as etapas do ciclo gravídico-puerperal é muito importante, entretanto é no pré-natal que a mulher deve ser melhor orientada para que possa viver o parto de forma positiva, ter menos riscos de complicações no puerpério e mais sucesso na amamentação (BRASIL, 2012; SILVA et al., 2020). Nessa perspectiva, grupos com gestantes mostram-se uma estratégia bastante efetiva para as ações educativas, proporcionando espaços favoráveis para as trocas de experiências entre gestantes, familiares e profissionais, e praticando a educação em saúde no formato mais eficiente, considerando as demandas e características loco-regionais da população (SILVA et al., 2020).

O trabalho educativo não é uma tarefa simples, sobretudo na saúde, uma vez que não deve se limitar a transmissão de informações aos usuários em relação ao cuidado, mas sim é uma prática compartilhada de troca de saberes, a ser desenvolvida no cotidiano do trabalho em saúde. Desse modo, necessita-se da participação ativa dos usuários dos serviços de saúde, direcionando esse trabalho de acordo com suas necessidades, crenças, representações e histórias de vida e tornando-os coprodutores desse processo educativo (SILVA et al., 2020; SILVEIRA et al., 2020).

No módulo IV foi abordado questões sobre como ordenhar leite materno e cuidados com o recém-nascido (RN) nos primeiros dias de vida. A ordenha do leite materno foi uma temática importante a ser abordada no encontro, pois em casos de mamilos doloridos e/ou machucados pode ser importante massagear as mamas e retirar um pouco de leite antes da mamada, caso a mama esteja muito cheia e dificulte à pega, além disso, pode ser necessário retirar o leite manualmente para prevenir problemas como o ingurgitamento mamário, popularmente conhecido como

“leite empedrado” ou mastite (SILVA et al., 2020).

A ordenha do leite materno também é uma alternativa para os casos em que a mãe precise trabalhar ou se ausentar da presença do bebê por algum período. Nesses casos a mãe pode retirar seu leite e guardar o leite coletado na geladeira por até 12 horas ou no freezer ou congelador, com validade de 15 dias (BRASIL, 2015). Em um estudo desenvolvido na Espanha verificou-se que a maioria das mães relataram que enquanto estivesse longe do seu bebê, devia dar-lhe preferencialmente leite materno extraído, no entanto, apenas 40% das mães tinham conhecimento sobre o tempo de conservação do leite materno extraído à temperatura ambiente (SUÁREZ-COTELO et al., 2019).

Estudos no Brasil também apresentam relatos sobre a introdução alimentar e desmame precoce associado com a volta ao trabalho da mãe (FERNANDES; HÖFELMANN, 2020; ROSA; DELGADO, 2017). Achados como esse evidenciam a necessidade de aconselhar, especialmente as mães trabalhadoras, sobre a conservação do leite materno, tendo em vista a reincorporação destas no mundo laboral, para que isto não venha a ser um motivo de abandono do aleitamento materno, um argumento frequentemente usado para deixar o aleitamento prematuramente.

O encontro teve ainda como intuito promover melhor preparação das mães para os cuidados domiciliares com o recém-nascido, e as discussões incluíram orientações sobre higiene, nutrição, manuseio, comportamento, interação, sono, entre outros. As explicações foram realizadas a partir de uma abordagem transversal e dialógica, o que pode contribuir para redução da ansiedade e segurança para esses cuidados com o nascimento do bebê, além de poder evitar internações da criança. Essa etapa teve como resultado uma participação ativas das mães, sendo considerado, portanto, satisfatório.

Considera-se que a capacitação dos pais e familiares como sendo fundamental para que se tornem autônomos e responsáveis pelos cuidados com o recém-nascido no contexto familiar, uma vez que, a educação em saúde pode proporcionar aos pais o empoderamento do cuidar do seu bebê (BRASIL, 2012). O cuidado com a saúde do recém-nascido tem importância fundamental para a redução da mortalidade infantil, ainda elevada no Brasil, assim como a promoção de melhor qualidade de vida e a diminuição das desigualdades em saúde. No período neonatal, momento de grande vulnerabilidade na vida, concentram-se riscos biológicos, ambientais, socioeconômicos e culturais, havendo necessidade de cuidados especiais, com atuação oportuna, integral e qualificada de proteção social e de saúde (BRASIL, 2012).

Para finalizar o processo formativo realizou-se o módulo V com o intuito de discutir sobre as leis do acompanhante e a licença-maternidade, uma vez que este era um tema em que as gestantes e os ACS possuíam muitas dúvidas. Assim, foi explicado aos participantes sobre a Lei do Acompanhante, descrita na Lei Federal nº11.108 de 2005, a qual determina que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, são obrigados a permitir a gestante o direito a acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. A Lei determina que este acompanhante será indicado pela gestante, podendo ser

o pai do bebê, o parceiro atual, a mãe, um(a) amigo(a), ou outra pessoa de sua escolha (BRASIL, 2005).

Os participantes foram também esclarecidos que a licença-maternidade é garantida pela Constituição de 1988 a todas as mulheres trabalhadoras formais garantindo o direito a 120 dias de licença (BRASIL, 1988). Esse momento foi bastante esclarecedor, em que as discussões se deram a partir do compartilhamento da experiência de cada participante.

Considera-se que o pré-natal seja o momento ideal para fornecer informações sobre o aleitamento materno, uma vez que intervenções específicas de apoio profissional e acesso a esclarecimentos adequados tem mostrado ser efetivo para melhorar a adesão a essa prática (BRASIL, 2015; FERREIRA et al., 2018). Nesse sentido, as orientações acerca do aleitamento materno configuram-se como sendo uma das responsáveis pela autoeficácia da amamentação e pelo desejo de pô-la em prática, assim como a ausência dessa orientação resulta no desmame precoce devido a experiências e influências externas. Além disso, a orientação ofertada pelos profissionais leva a superação de barreiras que interferem na amamentação, assim como também melhora resultados da saúde materno-infantil (ROCHA et al., 2018; SILVA et al., 2018).<sup>1</sup>

A roda de conversa, uma das estratégias utilizadas nos módulos de formação, é uma tecnologia educativa que possibilita encontros dialógicos, mediada pela produção e ressignificação de sentidos e saberes, oriundos das experiências concretas dos participantes, além disso, intenciona a construção de novas possibilidades de percepção, reflexão, ação e modificação, em que as pessoas podem se reconhecer como condutores de suas próprias escolhas (SILVA et al., 2020). Dessa forma, a utilização de metodologias ativas no processo de formação descrito neste trabalho oportunizou o protagonismo e participação dos sujeitos.

Entre todos os momentos havia alguns desafios como a ansiedade para a participação ativa de todos e percepção dos participantes com a atenção focada nas atividades, principalmente se este fosse uma mãe de dois ou mais filhos já que poderia imaginar não precisar daquelas informações, porém isso foi algo bastante positivo durante todo o processo já que essas limitações foram resolvidas ao longo do evento e bem desdobradas.

É importante destacar a relevância da participação dos graduandos de enfermagem nessa experiência, pois através do conhecimento teórico e da vivência prática desses alunos os participantes se envolveram e obtiveram momento de grande valia para seus desafios futuros que envolverão essa temática, além da contribuição para os próprios acadêmicos.

Esse pensamento corrobora com as considerações de Silva e colaboradores (2020), em que a presença da Universidade em atividades de educação em saúde traz a responsabilidade de engajar acadêmicos nos compromissos sociais e profissionais, além de contribuir para o aprimoramento científico dos futuros enfermeiros e permite assim a construção de um conhecimento junto à comunidade, propiciando estreitamento entre a universidade e os usuários do serviço de saúde, unindo a teoria à prática de forma a aprimorar o olhar a atenção às necessidades de

saúde da população por meio da educação em saúde e uso de metodologias ativas (SILVA et al., 2020).

## CONCLUSÕES

A realização da atividade de promoção ao aleitamento materno no âmbito da atenção primária, com envolvimento de ACS e gestantes da população adscrita no território, permitiu a ampliação do olhar dos graduandos de enfermagem sobre as temáticas trabalhadas, propiciando um trabalho reflexivo, ético e humano.

Nesse sentido, a ação contribuiu significativamente para o processo formativo, uma vez que possibilitou articulação entre os acadêmicos, profissionais e a população, promovendo o fortalecimento entre os elos ensino-serviço-comunidade, e também possibilitou uma experiência de educação em saúde e qualificação do cuidado, em consonância com os pressupostos do SUS.

Ademais, verifica-se que a articulação ensino-serviço-comunidade torna-se uma potente estratégia a qual permite a compreensão das necessidades de saúde da população, bem como o direcionamento da formação para o SUS, que será novamente beneficiado com a inserção desses futuros profissionais na rede de serviços, e contribui assim para qualidade da atenção à saúde da população.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Thuanne Cristina Souza e et al. Conhecimento e análise do processo de orientação de puérperas acerca da amamentação. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 9, n. 59, p. 1–18, 2019.
- AMARAL, Luna Jamile Xavier et al. Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, p. 127–134, 2015.
- BOCCOLINI, Cristiano Siqueira et al. Breastfeeding indicators trends in Brazil for three decades. *Revista de saude publica*, v. 51, p. 1–9, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº11.108, de 7 de abril de 2005. Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. Atenção à Saúde do Recém-Nascido Guia para os Profissionais de Saúde: Cuidados gerais. Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Estratégia nacional para promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável no Sistema Único de Saúde: Manual de Implementação. Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Resolução nº510, de 7 de abril de 2016. Ministério da Saúde, 2016.
- BRASIL. Portaria nº2436 de 21 de setembro de 2017. Ministério da Saúde, 2017.

- BRASIL. Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos. Ministério da Saúde, 2019.
- CRISTOFARI, Rafaela da Costa et al. Conhecimento acerca do aleitamento materno de gestantes atendidas na atenção básica de saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, p. 1–10, 2019.
- DALTRO, Manuala Carla de Sousa Lima et al. Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. *Brazilian Journal Of Production Engineering*, v. 3, n. 7, p.153-162, 2021.
- FERNANDES, Renata Cordeiro; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. Intenção de amamentar entre gestantes: associação com trabalho, fumo e experiência prévia de amamentação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 1061–1072, 2020.
- FERREIRA, Hellen Livia Oliveira Catunda et al. Fatores Associados à Adesão ao Aleitamento Materno Exclusivo. *Ciencia & saúde coletiva*, v. 23, n. 3, p. 683–690, 2018.
- GONÇALVES, Vivian Siqueira Santos et al. Marcadores de consumo alimentar e baixo peso em crianças menores de 6 meses acompanhadas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, Brasil, 2015. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 28, n. 2, p. 1–11, 2019.
- JURADO, Sonia Regina et al. Metodologias ativas no ensino de estudantes de enfermagem: uma revisão sistemática. *Revista Nursing*, v. 22, n. 259, p. 3457–3464, 2019.
- LIMA, Ariana Passos Cavalcante; NASCIMENTO, Davi da Silva; MARTINS, Maísa Mônica Flores. A prática do aleitamento materno e os fatores que levam ao desmame precoce: uma revisão integrativa. *J. Health Biol Sci.*, v. 6, n. 2, p. 189–196, 2018.
- MARTINS, Daniela Pereira et al. Conhecimento de nutrízes sobre aleitamento materno: contribuições da enfermagem. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 12, n. 7, p. 1870–1878, 2018.
- NARDI, Adriana Lüdke et al. Impacto dos aspectos institucionais no aleitamento materno em mulheres trabalhadoras: uma revisão sistemática. *Ciencia & saúde coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1445–1462, 2020.
- PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. *Cadernos de Saude Publica*, v. 19, n. 5, p. 1527–1534, 2003.
- ROCHA, Flávia Nataly Pereira da Silva et al. Caracterização do conhecimento das puérperas acerca do aleitamento materno. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 12, n. 9, p. 2386–2392, 2018.
- ROSA, Juliana de Brito de Souza; DELGADO, Susana Elena. Conhecimento de puérperas sobre amamentação e introdução alimentar. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 30, n. 4, p. 1–9, 2017.
- SENNA, Andrea F. Kroll de et al. Validation of a tool to evaluate women's satisfaction with breastfeeding for the Brazilian population. *Jornal de Pediatria*, v. 96, n. 1, p. 84–91, 2020.
- SILVA, Amanda Maria Luz e et al. The early food introduction and the risk of allergies: A review of the literature. *Enfermería Global*, p. 499–511, 2019 a.
- SILVA, Maria Eduarda Pacoaloto da et al. Rodas de conversa com gestantes como estratégias para promoção à saúde no período pré-natal. *Revista Nursing*, v. 23, n. 263, p. 3760–3765, 2020.
- SILVA, Jessia Mayara Almeida et al. Dificuldades experienciadas pelos Agentes Comunitários de Saúde na realização da educação em saúde. *Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 3, p. 82–87, 2019 b.
- SILVA, Maria de Fátima Fernandes Santos et al. Autoeficácia em amamentação e fatores interligados. *Revista Rene*, v. 19, p. 1–7, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.2018193175>
- SILVEIRA, João Luiz Gurgel Calvet da et al. Percepções da integração ensino-serviço- comunidade: contribuições para a formação e o cuidado integral em saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, v. 24, p. 1–17, 2020.
- SUÁREZ-COTELO, María del Carmen et al. Conhecimentos sobre aleitamento e a relação com sua prevalência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, p. 1–9, 2019.
- UNICEF. The State of the World's Children 2012. United National Childrens Found, New York, p. 1–156, 2012.